
XVI Revista do CEPEJ

**Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade
de Direito da Universidade Federal da Bahia**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO

XVI Revista do CEPEJ

**Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade
de Direito da Universidade Federal da Bahia**

Salvador – BA
2015

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JURÍDICAS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade de seus autores. Os originais não serão devolvidos embora não publicados. Os artigos são divulgados no idioma original ou traduzidos.

Tiragem: 200 exemplares

Distribuição: Todo o território nacional.

Revista do CEPEJ, v.1 – 1988. – Salvador : Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – CEPEJ, 2015.

504 f.
v. 19

Semestral
ISSN 1981 – 6758

1.Direito – Periódico

CDD 340.05

CEPEJ

DIRETORIA:

Presidente: **Caio Vinicius de Jesus Ferreira dos Santos**

Diretoria de Projetos: **Deylane Azevedo Moraes Leite**

Diretoria de Comunicação: **Philippe Moreira Souto Menezes**

Diretoria de Recursos Humanos: **Paulo Henrique Vaz de Castro**

Diretoria Administrativo-Financeiro: **Arthur de Oliveira D'Arede**

Secretário da Revista: **Fernando Sampaio Rodrigues**

MEMBROS:

Amanda Silva Barbosa Mello

Cláudio de Oliveira Dantas Filho

Diana Neuma Santos de Sant Anna

Helena Loureiro Martins

Leonardo Macêdo dos Santos e Santos

Marina Pesqueira Celestino

Moisés Fernandes de Oliveira

Tainan Maria Guimarães Silva e Silva

Tais Almeida Rocha

Uriel Torres Nunes

CONSELHO EDITORIAL:

João Glicério de Oliveira Filho

Joseane Suzart Lopes da Silva

Carlos Eduardo Soares de Freitas

SUMÁRIO

NOTA DA COMISSÃO ORGANIZADORA.....15

ARTIGOS

CAPÍTULO I

**CULPABILIDADE E NEUROCIÊNCIA: UMA ANÁLISE DA
CRISE DO PARADIGMA CIENTÍFICO MODERNO.....19**

Adriane Santos Ribeiro

1. Introdução.....20
2. A relação entre Culpabilidade e Livre-arbítrio: uma história de humanização e fracassos no Direito Penal.....22
3. O que dizem os “novos” estudos da Neurociência.....33
4. Neurociência, direito penal e culpabilidade: Um problema de método.....37
5. Conclusão.....42
6. Referências.....44

CAPÍTULO II

**A AÇÃO CIVIL PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROTEÇÃO DO MEIO
AMBIENTE.....49**

Arthur Henrique Linhares Calvetti

1. Introdução.....50
2. A origem da ação civil pública no ordenamento brasileiro.....51
 - 2.1 A influência das *class actions*.....54
 - 2.2 O *nomen juris* “ação civil pública”.....56
3. O Ministério Público e sua legitimidade.....58
4. Meio ambiente como direito difuso.....62
5. Efeitos possíveis no manejo da ação civil pública em matéria ambiental.....65
 - 5.1 Extensão da coisa julgada.....67
6. Conclusão.....71

CAPÍTULO III

**UMA VISÃO PANORÂMICA SOBRE A ESTRUTURA
SINDICAL BRASILEIRA: CAMINHOS PARA UM
SINDICALISMO REPRESENTATIVO, AUTÔNOMO E
COMBATIVO.....75**

Caio Souza dos Reis

| | |
|---|----|
| 1. Introdução..... | 76 |
| 2. Representação Sindical..... | 78 |
| 3. Formas de Atuação..... | 79 |
| 4. Contribuição Sindical Obrigatória..... | 81 |
| 5. Organizações nos Locais de Trabalho..... | 83 |
| 6. Unicidade..... | 85 |
| 7. Considerações Finais..... | 89 |

CAPÍTULO IV

FEMICÍDIO NO BRASIL: O ASSASSINATO DE MULHERES EM RAZÃO DO GÊNERO E SUA TIPIFICAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO.....93

Caroline Félix dos Santos Grassi

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 94 |
| 2. Femicídio: aproximações conceituais..... | 95 |
| 2.1 O femicídio no Brasil e a falácia do argumento passional..... | 100 |
| 2.2 Dados sobre o homicídio de mulheres no Brasil..... | 103 |
| 3. A tipificação penal do femicídio na América Latina..... | 105 |
| 4. A tipificação penal do femicídio no Brasil: o Projeto de Lei nº 292/2013..... | 108 |
| 4.1 Análise dos elementos integrantes do tipo..... | 109 |
| 4.2 Argumentos favoráveis e não favoráveis a tipificação penal do femicídio no Brasil..... | 111 |
| 5. Conclusão..... | 113 |

CAPÍTULO V

RACIONALIDADE PENAL MODERNA E O MITO DA MODERNIDADE.....117

Daniel Fonseca Fernandes

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 118 |
| 2. Racionalidade penal moderna..... | 119 |
| 3. Mito da modernidade e América Latina..... | 128 |
| 4. Considerações finais..... | 136 |

CAPÍTULO VI

JURISDIÇÃO PENAL INTERNACIONAL: O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E A SOBERANIA ESTATAL.....141

Ernandes Sampaio Ramos

| | |
|--|-----|
| 1. Considerações iniciais..... | 142 |
| 2. Direito Penal Internacional..... | 144 |
| 2.1. Direito Penal Internacional e o princípio da subsidiariedade..... | 146 |
| 2.2. Fontes do Direito Penal Internacional..... | 147 |
| 3. O Tribunal Penal Internacional..... | 149 |
| 3.1. Tipos penais de competência do Tribunal Penal Internacional..... | 151 |
| 4. Soberania estatal..... | 153 |
| 5. Casuística penal internacional: Darfur..... | 155 |
| 6. Legitimidade da ação do Tribunal Penal Internacional..... | 157 |
| 7. Conclusões..... | 159 |
| 8. Referências Bibliográficas..... | 161 |

CAPÍTULO VII

A IMPORTÂNCIA DE SE GARANTIR EFETIVIDADE AO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA A CONSECUÇÃO DO EXERCÍCIO DA DIGNIDADE HUMANA.....165

Fernando Almeida Salgado Lôbo

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 166 |
| 1.1 Direito Fundamental..... | 168 |
| 1.2 Um direito Social..... | 172 |
| 1.3 Quanto ao alcance..... | 173 |
| 2. Perspectiva no cenário brasileiro..... | 174 |
| 3. A eficácia do direito fundamental à informação..... | 176 |
| 4. Lei de acesso à informação..... | 178 |
| 5. Importância na consecução dos fins da ordem jurídica e da dignidade humana..... | 180 |
| 6. Considerações finais..... | 181 |
| 7. Referências..... | 184 |

CAPÍTULO VIII

DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA AO GARANTISMO PENAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A BANALIZAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR NO BRASIL.....187

Gabriela Lima Andrade

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 188 |
| 2. Poder punitivo e prisão sem sentença..... | 191 |
| 3. Prisão preventiva e presunção de culpabilidade: a ampliação do estado de insegurança..... | 200 |
| 4. A ordem pública como fundamento para decretação de prisão preventiva: a juridicização da opinião pública (ou publicada)..... | 204 |
| 5. Considerações finais..... | 209 |
| 6. Referências bibliográficas..... | 210 |

CAPÍTULO IX

A RECUPERAÇÃO ESPECIAL DE EMPRESAS APLICADA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE À LUZ DA LEI COMPLEMENTAR N.º 147/2014.....217

Glória Maria Guimarães Lessa

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 218 |
| 2. Enquadramento como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte..... | 221 |
| 3. A Lei N.º 11.101/05: Uma Visão Sobre a Recuperação Especial de Empresas..... | 223 |
| 3.1 A Previsão do Princípio Constitucional do Tratamento Favorecido..... | 225 |
| 3.2 O Regime de Recuperação Especial de Empresas..... | 228 |
| 3.3 O Procedimento da Recuperação Especial Antes da Lei Complementar N.º 147/2014..... | 233 |
| 4. As Alterações Previstas na Lei Complementar N.º 147/2014..... | 236 |
| 5. Considerações Finais..... | 239 |

CAPÍTULO X

A LEI DE LICITAÇÕES COMO ÓBICE À EFICIÊNCIA DA ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: APONTAMENTOS, CONSTATAÇÕES E PERSPECTIVAS.....245

Guilherme Afonso Dourado

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 246 |
| 1.1 Crise em razão da não efetivação da Constituição brasileira no século XXI..... | 247 |
| 1.2 Crise da Administração Pública e, reflexivamente, do Direito Administrativo..... | 248 |

| | |
|---|-----|
| 1.3 Crise na “Ordem dos publicistas”..... | 250 |
| 2. Gasto Público: em Busca da Eficiência Perdida..... | 252 |
| 2.1 Delineamento conceitual da Eficiência..... | 252 |
| 2.2 A Emenda Constitucional 19/98 e a manutenção da ineficiência no gasto público..... | 254 |
| 3. Lei n. 8.666 como óbice à eficiência no gasto público..... | 258 |
| 3.1 Apontamentos e críticas aos artigos da Lei 8.666..... | 260 |
| 4. Perspectivas..... | 266 |

CAPÍTULO XI

A EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA NA AMÉRICA LATINA.....271

Isabella Lucia Poidomani

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 272 |
| 2. Histórico da Limitação da Responsabilidade do Empresário Individual..... | 275 |
| 2.1. A Figura da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada na América Latina..... | 279 |
| 3. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada..... | 280 |
| 3.1. A Lei Nº 1.034 no Paraguai..... | 281 |
| 3.2. O Decreto-Lei Nº 21.612 no Peru..... | 283 |
| 3.3. A Lei 19.857 no Chile..... | 287 |
| 3.4. A Lei 12.441/2011 no Brasil..... | 289 |
| 4. Conclusão..... | 293 |
| 5. Referências..... | 296 |

CAPÍTULO XII

CONVENÇÕES COLETIVAS DE CONSUMO E A RELEVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA NA PREVENÇÃO E NO COMBATE ÀS PRÁTICAS MERCADOLÓGICAS ABUSIVAS.....299

Joseane Suzart Lopes da Silva

| | |
|---|-----|
| 1. Aspectos Introdutórios..... | 301 |
| 2. Breve Histórico sobre as Convenções Coletivas de Consumo no Brasil..... | 303 |
| 3. Conceito do Instituto, Natureza Jurídica e Legitimados para a sua Assinatura..... | 308 |

| | |
|---|-----|
| 4. Requisitos para a Formalização da Convenção Coletiva de Consumo..... | 314 |
| 5. Efeitos Provocados pelo Instituto..... | 318 |
| 6. Considerações Finais Sobre o Tema..... | 322 |
| 7. Referências..... | 325 |

CAPÍTULO XIII

A LEGITIMIDADE DO MERCOSUL PERANTE A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA UNIÃO EUROPEIA.....329

Luis Henrique Monteiro Brecci

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 330 |
| 2. O Sistema de Competências da União Europeia..... | 333 |
| 2.1. Competência e personalidade jurídica em matéria de Direito Internacional..... | 336 |
| 3. O Mercado Comum Europeu..... | 339 |
| 3.1. As Diversas Formas de Integração Econômica entre Estados..... | 339 |
| 3.2. A livre circulação de bens na União Europeia..... | 341 |
| 4. A Legitimidade da União Europeia perante a OMC..... | 346 |
| 5. A Legitimidade do Mercosul perante a Organização Mundial do Comércio..... | 349 |
| 6. Considerações Finais..... | 352 |
| 7. Referências..... | 354 |

CAPÍTULO XIV

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O PLS 283/2012: A NECESSÁRIA PREVISÃO NORMATIVA DA PREVENÇÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO.....357

Luiza Barreto Braga Fidalgo

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 359 |
| 2. Panorama teórico e conceito de superendividamento..... | 361 |
| 2.1 Princípios do Direito das Relações de Consumo e Superendividamento..... | 364 |
| 2.2 Direitos básicos dos consumidores e Superendividamento...367 | |
| 3. Práticas abusivas na concessão de crédito..... | 370 |
| 3.1 Importância normatizadora do PLS 283/2012 no cerceamento de práticas abusivas..... | 372 |

| | |
|---|-----|
| 3.2 Discussão doutrinária, prevenção e conciliação do superendividamento previstas no PLS 283/12..... | 374 |
| 4. Conclusão..... | 380 |

CAPÍTULO XV

O PODER CONSTITUINTE NA AMÉRICA LATINA: CARACTERÍSTICAS RELIGIOSAS EM FACE DA ANÁLISE PREAMBULAR DAS CONSTITUIÇÕES.....

385

Muriel Cordeiro Silva

| | |
|---|-----|
| 1. Considerações iniciais..... | 386 |
| 2. Poder Constituinte: Caracteres, Características e Preâmbulo..... | 387 |
| 3. Religião..... | 393 |
| 4. Considerações Finais..... | 400 |
| 5. Referências..... | 401 |

CAPÍTULO XVI

A INSERÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NO MERCADO DE TRABALHO: UM CAMINHO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO.....

403

Noédson Conceição Santos

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 404 |
| 2. Breve visão histórica sobre a evolução das penas e das prisões..... | 406 |
| 3. Aspectos invisíveis de uma realidade cruel..... | 412 |
| 4. Retorno ao convívio social: um debate necessário..... | 420 |
| 5. A atual conjuntura da inclusão de ex-detentos no mercado de trabalho..... | 423 |
| 6. Considerações finais..... | 426 |
| 7. Referências..... | 428 |

CAPÍTULO XVII

O PRINCÍPIO DA VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR NO CIBERESPAÇO.....

433

Rafael Carneiro d'Ávila Teixeira

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 434 |
| 2. Comércio eletrônico e o direito no ciberespaço..... | 435 |
| 3. Legislação aplicável nas relações de consumo cibernéticas..... | 439 |
| 4. O estado de vulnerabilidade do consumidor no espaço virtual..... | 442 |
| 5. Considerações finais..... | 448 |
| 6. Referências..... | 451 |

CAPÍTULO XVIII

A FRAGILIDADE DA TESE DA TAXA MÉDIA DE MERCADO: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO EM PROL DE UM CONTROLE JUDICIAL ACEITÁVEL PARA OS JUROS REAIS NO BRASIL.....455

Thiago da Silva Teles

1. Contextualização do Problema.....456
2. Base Normativa do Controle dos Juros Reais e Análise Crítica da Tese da Taxa Média de Mercado.....463
3. Conclusões.....477
4. Referências.....479

CAPÍTULO XIX

O PAN-PRINCIPIOLOGISMO NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, O CASO DA LEGALIDADE: o embate entre a lei e a segurança jurídica.....483

Valmir Chaves de Oliveira Neto

1. Introdução.....484
2. A Panaceia Principiológica da legalidade.....486
3. Dicotomia: legalidade x segurança jurídica.....490
4. Falta de sustentabilidade do “princípio” da legalidade.....494
5. Conclusão.....498
6. Referências.....500